

CAPÍTULO DOIS

A História da Igreja e o Movimento de Restauração

A Igreja de Cristo na terra, desde sua instituição por Jesus Cristo, conta mais de dois mil anos. Durante esse tempo, muitos erros e acertos foram cometidos por seres humanos em nome da Igreja e de Deus. O estudo desses tais erros e acertos ao longo da história, sob o foco dos princípios Bíblicos a ela aplicáveis, certamente nos ajudará no aprimorá-los ou evitá-los, conforme o caso.

No presente capítulo, focar-se-á nos fatos da história da igreja relacionados à sua unidade e sectarismo. Na primeira parte, assim, se passará o olhar pelas principais divisões religiosas e subdivisões denominacionais levadas a efeito pelos cristãos integrantes da Igreja. Na segunda parte, como solução para esse estado segregacionista, serão abordados a história, os princípios e a finalidade do Movimento de Restauração, iniciado no nascer do Século XIX, sob a liderança dos irmãos Thomas Campbell e Alexander Campbell (ex presbiterianos e batistas) e Barton Stone (ex batista, metodista e presbiteriano), influenciados por tantos outros contemporâneos ou antecessores empenhados na unificação dos cristãos e na volta das práticas da Igreja do Novo Testamento.

“Quem não sabe de onde vem, não sabe para onde vai e nem saberá quando chegar aonde tem que ir”, diz conhecido ditado popular normalmente atribuído à cultura chinesa. Importante, assim, o conhecimento da história Igreja do Senhor Jesus Cristo na terra, com ênfase no Movimento de Restauração, cuja principal utilidade e função no Corpo é proporcionar a tantos quantos quiserem melhor experimentar a unidade apesar das diversidades.

V. O congregar de Jesus e dos primeiros cristãos

Muitos são os textos em que vemos Jesus congregando com seus discípulos em casa, no caminho, no barco, no monte, na cidade, no campo, oportunidades em que lhes ensinava e com eles mantinha comunhão. Na verdade, praticamente todo o tempo, durante os três anos e meio do ministério de Jesus, ele esteve congregado com seus discípulos.

O vínculo dessa congregação era tão grande, que certa vez alguém lhe disse que sua mãe e seus irmãos o procuravam, ao que Ele respondeu, apontando para os seus discípulos: *“eis aqui minha mãe e meus irmãos, pois qualquer que fizer a vontade de meu pai que está nos céus, esse é meu irmão, irmã e mãe”* (Mt 12.49-50).

O congregar de Jesus, com seus discípulos, não era sem propósito: **visava edificá-los** pelo ensino da Palavra e pelo exemplo. No episódio em que lavou os pés dos discípulos, logo após concluir tal ação, exortou-os dizendo: *“Dessa maneira, se de vós Eu Sou Senhor e Mestre, e ainda assim vos lavei os pés, igualmente vós deveis lavar os pés uns dos outros. Dei-vos o exemplo para que, como Eu vos fiz, também vós o façais”* (Jo 13.14-15).

Jesus também ensinou que, após sua partida, **os discípulos deveriam continuar congregando-se**, com vistas ao cuidado e ao zelo mútuos, em amor. Da mesma forma que o Mestre, devemos nós, pelo congregar, nos aproximarmos de outros irmãos para deles recebermos inspiração para o viver cristão, bem como para permitir que outros, ao se aproximarem de nós, sejam contagiados pelo evangelho por nós praticado.

Os primeiros cristãos, tão logo Jesus foi elevado aos céus, “reuniam-se constantemente no pátio do templo judeu, bendizendo a Deus” (Lc 24.53). Em um desses encontros, passados cinquenta dias da ascensão de Cristo, desceu sobre eles o Espírito Santo de forma maravilhosa, como prometido (At 1.8), e começaram a falar em outras línguas (At 2.1-13). Imediatamente, Pedro começa a pregar com ousadia

para a multidão ali reunida (At 2.14-36) “e naquele dia juntaram-se a eles cerca de três mil pessoas” (At 2.41).

Lucas registra que “eles perseveravam no ensino dos apóstolos e **na comunhão, no partir do pão** e nas orações” (At 2.42), tendo **tudo em comum** (v. 44). Não se congregavam, pois, apenas para cantar, orar e ouvir a Palavra, mas também para as refeições e o cuidado mútuo, o que despertava estima por todo o povo, “e *a cada dia o Senhor juntava à comunidade as pessoas que iam sendo salvas*” (v. 47). “*Em número cada vez maior, homens e mulheres criam no Senhor e eram acrescentados à comunidade*” (At 5.14).

O livro de Atos registra que, no início da comunhão dos primeiros cristãos, aconteciam milagres (3.1-10; 5.12a; 5.15-16), pregações públicas (2.14-36; 3.11-26), prisões (4.1-22; 5.17-32; 6.12-15), açoites (5.40), reuniões de ensino (2.42; 5.42), reuniões para oração (2.42; 3.1; 4.23-31), reuniões de comunhão (2.42; 5.12b), reuniões para a santa ceia (2.42), reuniões para questões administrativas (1.12-26; 6.1-7), ofertas (4.35-37) e reuniões nas casas (2.46; 5.42). “**Um só** era o sentimento e a maneira de pensar, e ninguém considerava exclusivamente seu os bens que possuía, mas todos **compartilhavam tudo entre si**” (At 4.32), razão pela qual “*não havia uma só pessoa necessitada entre eles*” (v. 34). Ou seja, a Congregação, que não tinha estatuto nem prédio próprio com lugar fixo de reuniões, ia crescendo e contava com as manifestações do Espírito Santo.

Interessante também é observar que Paulo, após convertido, continuava frequentando a sinagoga, onde teve a oportunidade de pregar o evangelho do Reino. Essa prática só foi interrompida quando ele foi expulso pelas autoridades religiosas invejosas. Como resultado, muitos dos convertidos ao judaísmo passaram a seguir Paulo, que apenas os advertia a seguir perseverando na graça de Deus. (At 13.13-41).

A Igreja logo experimentou acirrada divergência quanto à observância de certos preceitos da Lei, como a circuncisão, mas permaneceu unida (At 15). Igualmente, o fato de Paulo ter sido destacado para a proclamação do Evangelho aos incircuncisos (gentios/não judeus);

e Pedro, aos circuncisos (judeus), não foi causa de divisão na Igreja (Gl 2.7).

A partir do apedrejamento de Estevão (At 7), “estabeleceu-se grande perseguição contra a Igreja em Jerusalém, **e todos os apóstolos foram dispersos pelas regiões da Judéia e de Samaria**” (At 8.1). Assim, “***os que haviam sido dispersos pregavam a Palavra por onde quer que fossem***” (v. 8), e a Igreja de Cristo começou a espalhar-se, estabelecendo-se congregações nas cidades que alcançava. **Permaneciam, entretanto, como uma só Congregação em Cristo**, e essa consciência fazia, por exemplo, com que os irmãos da Igreja em uma cidade ajudassem os irmãos de outra, tanto espiritual como materialmente, o que pode ser observado nas cartas dos apóstolos dirigidas às igrejas (1 Co 16.1-4, por exemplo).

VI. História da Igreja e Suas Principais Ramificações

TÓPICO EM CONFEÇÃO

VII. Movimento de Restauração à Unidade do Corpo de Cristo

Conforme observado no tópico acima, no século XVIII diversas denominações reivindicavam, para si, a exclusividade do pertencimento ao Corpo de Cristo, em detrimento das demais. A comunhão entre elas estava inviabilizada em razão de divergências relacionadas a questões que certamente poderiam ser consideradas secundárias e de menor importância, tais como trindade divina, forma e efeitos do batismo, predestinação e livre arbítrio, papel das lideranças, governo eclesiástico, pecado original, expiação substitutiva e lei do sábado, dentre outras.

Esse foi o contexto que ensejou o surgimento do Movimento de Restauração, adiante relatado, com o propósito primordial (ou exclusivo) de promover a unidade do Corpo de Cristo mediante a retomada do modelo vivenciado pela igreja primitiva.

História do Movimento de Restauração

TÓPICO EM CONFECCÃO

Princípios do Movimento de Restauração

Princípio nº 1: No Essencial, unidade; nas opiniões, liberdade; em todas as coisas, amor¹

Identidade é o conjunto de características por meio dos quais se identifica e distingue algo ou alguém. No caso do ser humano, sua identidade básica é definida por um código único impresso no núcleo de cada célula que o integra: o DNA.

A Igreja de Jesus Cristo também tem um código que a identifica, o qual pode ser concebido como suas características essenciais. Daí a necessidade, para se identificar alguém como integrante do Corpo de Cristo ou distingui-lo, de se definir, à luz da Bíblia, as qualidades essenciais desse Corpo.

Embora a definição desses essenciais, à luz das Escrituras, pareça ser tarefa das mais difíceis, sua não definição tende a dois extremos igualmente indesejáveis:

i) falta de identidade e **conseqüente mácula do Corpo de Cristo**, mediante comunhão com pessoa ou igreja cujas crenças e práticas contrariem o evangelho, maculando o Corpo de Cristo. A título de exemplo, a falta de definição dos essenciais poderia ocasionar a comunhão de pessoas que não acreditam que Jesus é o filho de Deus ou que defendem e praticam atos claramente definidos na bíblia como pecado.

ii) sectarismo pela **definição implícita de essenciais pela maioria (quantitativa ou qualitativa), sem a necessária abordagem**

¹ Esse lema, antes de sua utilização no Movimento de Restauração, consta como tendo sido proferido por John Wesley (1.703-1791), fundador do Movimento Metodista, e por Santo Agostinho de Hipona (354-430 d.C.), um dos mais importantes teólogos e filósofos dos primeiros anos do cristianismo. De acordo com explicação do Pastor Pedro Agostinho Jr., esse lema é a versão brasileira do princípio Provérbio de Maldenius: "Na unidade dos fundamentos, na liberdade dos não-fundamentos, em todas as coisas caridade" (Artigo Explicando o Nosso Mais Antigo Lema, <http://www.movimentoderestauracao.com>, acessado em 21.07.2015).

bíblica, com consequente auto-exclusão da comunhão daqueles que, tendo optado por determinada interpretação em questão que considera não essencial, acabam taxados de pecadores. Por exemplo, a falta de definição explícita dos essenciais poderia gerar desnecessários constrangimentos e julgamentos em razão da ingerência bebida alcoólica, ainda que de forma moderada, ou da audição de música “secular”, ainda que seu conteúdo não contrarie o evangelho.

De fato, por um lado, Jesus nos estabelece princípio segundo o qual não devemos tentar separar o joio do trigo (Mt 13.24-30). Por outro lado, entretanto, o próprio Mestre, em Mateus 18.15-20, e o Apóstolo Paulo, em I Co 5.1-13, **expressamente determinaram a exclusão de pessoas cujas condutas não condizem com os ensinamentos das Escrituras**. Não há como cumprir essas determinações sem a definição, à luz da Bíblia, dos essenciais identificadores do Corpo de Cristo e, por exclusão, das meras opiniões.

Somente após a definição desses essenciais a comunhão interna fluirá com muito mais liberdade e se permitirá, inclusive, a comunhão externa imaculada com igrejas com as quais apenas em preceitos secundários se diverge.

A dificuldade de se estabelecer os essenciais não foi motivo para a igreja primitiva deixar de estabelecer alguns, justamente em nome da comunhão. De fato, o que teria sido feito de nós, cristãos não judeus, se os Apóstolos tivessem se recusado a abordar o tema quando os cristãos judeus pretendiam nos apresentar um rol gigantesco de obrigações? (At. 15.1-31). Naquela ocasião, quando alguns cristãos judeus pregavam a circuncisão e o cumprimento de toda a lei como essencial à salvação, **“os apóstolos e presbíteros se reuniram para deliberar sobre a questão imposta”** (v. 6), consignando o resultado dos estudos e deliberações em carta dirigida aos gentios, na qual concluíram: **“...Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós não vos impor maior encargo além destes preceitos necessários: (...)”** (v. 28). Chama a atenção, a propósito, o registro da alegria dos irmãos gentios para quem a definição dos essenciais garantiu a comunhão no Corpo: **“os irmãos a leram e muito se alegraram com sua encorajadora mensagem”** (v. 31).

Nesse momento da história, a igreja primitiva – referencial do qual não podemos tirar os olhos – experimentou os dois riscos acima referidos (do sectarismo e da falta de identidade). Sem adentrar o mérito da decisão do concílio, a intervenção dos apóstolos – com a definição de pontos considerados essenciais (e rejeição de tantos outros) para que uma pessoa fosse considerada integrada à Igreja de Cristo, e portanto admitida à comunhão com os irmãos – mostrou-se indispensável para impedir (ou postergar) a primeira divisão do Corpo de Cristo.

A solução encontrada pela igreja primitiva, certamente direcionada pelo Espírito Santo de Deus, para se evitar os extremos do sectarismo e da falta de identidade **foi a definição dos elementos essenciais identificadores da inclusão da pessoa no Corpo de Cristo**, tolerando-se divergência nas demais questões, consideradas não-essenciais.

Em Corinto, entretanto, Paulo denuncia situação em que a igreja vivenciava situação contrária, na qual se aceitava à comunhão pessoa que mantinha relações sexuais com a mulher do pai. Somente com preceitos essenciais estabelecidos Paulo poderia, para a purificação da igreja que pretendemos ver restaurada, determinar a exclusão dessa pessoa da Comunhão, afirmando que “um pouco de fermento leveda toda a massa” e que essa medida era tomada para o bem do próprio pecador, “para que seu espírito seja salvo no Dia do Senhor” (I Co 5.1-13).

A propósito do meio utilizado para a definição desses essenciais pela igreja primitiva, não há notícia de nada além de uma carta. **Nos nossos dias, entretanto, diferentemente daquela época, a formalização jurídica dessas estipulações se mostram de grande importância, na medida em que poderá ser utilizada para dificultar eventual tentativa de comunhão forçada por decisão judicial que desrespeite a liberdade religiosa preconizada pela Constituição Federal (art. 5º, inc. VI).**

Relativamente à identidade do Corpo de Cristo, aplicáveis as seguintes proposições constantes da “Declaração e Discurso” de Thomas Campbell²:

Proposição 1: "Que a igreja de Cristo sobre a terra é essencial, intencional e constitucionalmente uma. Ela se compõe dos que em todo lugar **confessam sua fé e obediência a Cristo, em todas as coisas e de acordo com as Escrituras**. Eles se manifestam através de seus **temperamentos e condutas**. **Só esses podem ser chamados, própria e verdadeiramente, cristãos.**"

Proposição 7: "Que os **sistemas de teologia**, embora tenham um lugar útil na Igreja, **não devem ser impostos como requisitos de comunhão aos cristãos**, já que todos não têm plena compreensão dessas matérias."

Proposição 8: "Que a salvação não depende do conhecimento teológico, senão em **reconhecer sua necessidade de salvação em Jesus Cristo**. Isso, acompanhado de uma **confissão de sua fé e obediência** a ele."

Igualmente aplicável o apêndice de referida declaração, relativamente à condenação aos irmãos:

"(...) Resolver expressamente um assunto em nome do Senhor, quando o Senhor não tem resolvido, nos parece um mal muito grande (veja Dt 18:20).

Um segundo mal é não só julgar o irmão como absolutamente equivocado pelo fato de divergir da nossa opinião, mas também julgá-lo como transgressor da lei e, por conseguinte, tratá-lo como tal censurando-o ou expondo-o ao desprezo ou, por último, enaltecendo a nós mesmos diante dele como dizendo-o “mantenha-se separado, somos mais santos que você”.

Um terceiro e ainda mais espantoso mal é que não só julgamos e catalogamos a nosso irmão como nada, mas também procedemos na qualidade de igreja a julgar no nome de Cristo. Não só por concluir que o irmão está no erro, porque não está de acordo com nossas determinações, mas que, além disso se procede a determinar os méritos da causa ao expulsá-lo ou lançá-lo fora da igreja como indigno de participar dela. Isso vai ligado à intenção de extirpá-lo do reino dos céus."

Por essas razões foi que o Movimento de Restauração, visando restaurar essa maneira encontrada pela igreja primitiva de evitar os extremos do sectarismo e da falta de identidade, adotou como princípio norteador da comunhão no corpo de Cristo entre indivíduos e congregações o seguinte lema, acima transcrito: **‘No essencial, unidade;**

² Conforme acima observado, o texto Declaração e Discurso foi apresentado em **07/09/1809** à Associação Cristã de Washington por Thomas Campbell como resumo das razões pela qual ela foi criada. Traduzem-se na base do Movimento de Restauração do qual surgiu a atual Igreja de Cristo.

Nas opiniões, liberdade; Em todas as coisas, o amor’. A existência de essenciais bem definidos, impede a falta de identidade, enquanto a liberdade nas opiniões propicia a unidade em meio às diversidades, afastando o sectarismo.

A questão é: quem definirá esses essenciais? Cada membro, para escolha do lugar em que congregará; cada congregação, para discernir as congregações com as quais manterá comunhão, ou para “submeter-se” ou “manter-se submetido” a determinada denominação, ministério ou religião. Sempre, claro, à luz das Escrituras Sagradas, invocando a inspiração interpretativa do Espírito Santo.

Por fim, ainda de acordo com o lema em questão, o amor deve permear tanto a definição dos essenciais como a postura diante de opiniões divergentes: **em todas as coisa, amor!** De fato, o amor é o único poder capaz de nos fazer “guardar a unidade do Espírito no vínculo da paz” (Ef 4.2b-3).

Princípio nº 2: Unidade do Corpo de Cristo e Não Sectarismo

Outro lema do Movimento de Restauração, indispensável para a unidade do Corpo de Cristo, é o seguinte, consolidado a partir da resposta dos primeiros irmãos que integraram o Movimento quando interrogados se se consideravam os únicos cristãos: **"Não somos os únicos, mas somos unicamente cristãos"**.

Barton W Stone comprometeu-se seriamente com a unidade do corpo de Cristo, fazendo constar na Declaração de Última Vontade e Testamento do Presbitério de Springfield, documento por meio do qual formalizou o desligamento da sua congregação da denominação Presbiteriana: *"É nossa vontade que este corpo morra, seja dissolvido e submergido para se unir sem limitações ao corpo de Cristo, porque há **um só corpo e um Espírito**, como fomos chamados em **uma só mesma esperança** de nossa vocação (Ef 4:4)"*.

Thomas Campbell, por sua vez, fez constar as seguintes proposições sobre a unidade do Corpo de Cristo em sua “Declaração e Discurso”:

Proposição 1: "Que a igreja de Cristo sobre a terra é essencial, intencional e constitucionalmente **uma**. Ela se compõe dos que em todo lugar confessam sua fé e obediência a Cristo, em todas as coisas e de acordo com as Escrituras. Eles se manifestam através de seus temperamentos e condutas. Só esses podem ser chamados, própria e verdadeiramente, cristãos."

Proposição 2: "Que **não deve haver divisão na comunhão nem rupturas na fraternidade das igrejas**, ainda que a igreja de Cristo deva existir em congregações separadas, geograficamente distintas e independentes umas das outras."

Proposição 9: "Que os [que] têm cumprido com o anterior deveriam amar a todos os irmãos, filhos na mesma família do Pai, como **membros do mesmo corpo**. Que nenhum homem se atreva a separar o que Deus tem unido."

Proposição 10: "Que **a divisão entre os irmãos é anticristã**, anti-escritural e produz confusão e toda obra má."

Proposição 11: "Que as **causas das divisões** são o esquecer a vontade de Deus e a prática, de parte dos líderes, de uma autoridade arrogante."

De fato, referidos reformadores foram movidos pelo mesmo espírito que vigorava na igreja primitiva, que não fazia distinção sequer em relação aos judeus religiosos, muitos dos quais se convertiam, inclusive sacerdotes (At 6.7), **sem notícia de que eram instados a "mudar de religião". Não havia esse tipo de intenção.** Paulo, quando se converteu, passou algum tempo freqüentando e pregando nas sinagogas (at 9.20), aos judeus religiosos, aos quais tratava como irmãos, apenas cessando após ser expulso. O mesmo aconteceu com Jesus, que pregou na sinagoga enquanto não foi expulso. À mulher samaritana, inclusive, instado sobre o local correto de adorar a Deus (religião judaica ou dos samaritanos), Jesus respondeu, em outras palavras: *nem um, nem outro; nem lá, nem cá; chegará o dia em que a adoração a Deus se dará em espírito e em verdade, sem vinculação com religião, rituais, locais etc.* Jesus sequer disse para ela que estava para criar uma nova religião, e que quando ela tomasse conhecimento deveria a ela se filiar.

A tendência de dividir a igreja de Cristo é tão antiga que foi por Ele próprio presenciada e rechaçada, no episódio acima narrado em que

os discípulos proibiram de exercer o ministério em nome de Jesus quem não estava com eles (Mc 9.38-40 e Lc 9.49-50). O próprio Jesus, inclusive, alertou os discípulos : *“tenho outras ovelhas que **não são deste curral**, as quais devo da mesma maneira trazer; elas ouvirão minha voz, e haverá **um só rebanho** e um só pastor”* (Jo 10.16).

Estevão, quando interrogado pelos líderes do judaísmo, a eles se dirigiu como "irmãos e pais" (At 7.2). At 8.26 e seguintes narra o episódio em que um eunuco, importante oficial encarregado dos tesouros da rainha dos etíopes, subia de Jerusalém, para onde se dirigira para adorar ao Senhor. Deus, conhecendo a sinceridade do seu coração em sua adoração e invocação, envia-lhe Felipe para sanar-lhe as dúvidas quanto às escrituras. Tendo crido em Jesus e sido batizado, "seguir o seu caminho" e Felipe o seu próprio, **sem cogitar que para permanecer membro da Igreja de Cristo teria que passar para determinada religião, praticar determinados rituais ou seguir determinadas regras**. Ao chegar em sua cidade, o Eunuco, agora habitado pelo Espírito Santo, certamente para ali expandiu a igreja do Senhor, independentemente de onde, como ou com quem congregava.

Já na primeira década de existência da igreja, esta enfrentou forte tendência de divisão, conforme acima mencionado, afastada pela distinção expressa, pelos apóstolos, de preceitos essenciais e não-essenciais (at 11.2, 15.1-5, 21.20; Tg 2.4 e 12).

Nem mesmo a dispersão da igreja de Jerusalém em razão das perseguições foi capaz de dividi-la, pois não estava adstrita a determinada localidade. Ao contrário de dividirem-se, os membros da igreja continuaram servindo a Deus em suas novas cidades, tal qual faziam em Jerusalém, e acabaram por contribuir significativamente com a expansão do Reino de Deus.

Isso só foi possível porque a igreja não se traduzia em uma religião nem se circunscrevia a um templo: **a igreja era vida e relacionamentos, horizontais (comunhão com os irmãos) e verticais (adoração a Deus)**.

O Presbitério de Springfield, que conforme acima observado constituiu uma das bases primeiras do Movimento de Restauração, em sua "Declaração de ultima vontade e testamento" assim justificou sua desvinculação formal da denominação presbiteriana:

"Declaração das Testemunhas:

Nós, os que acima assinam como testemunhas da Última Vontade e Testamento do Presbitério de Springfield, estando em pleno conhecimento de que haverá muitas conjecturas a respeito das causas que haviam ocasionado a dissolução do dito corpo, temos determinado que é preciso deixar claro que desde o começo esse presbitério tem estado unido em amor, tem vivido em paz e concórdia e tem falecido de morte ainda como um feto e voluntária.

As razões pelas quais resolvemos dissolver esse corpo são as seguintes: Com suma preocupação vimos que as divisões e o espírito partidista entre os cristãos professantes eram ocasionadas pela adoção de credos humanos e determinadas formas de governo. Enquanto nos mantínhamos debaixo do nome de um presbitério, ***lutamos impetuosamente por cultivar um espírito de amor e de unidade entre os cristãos***. Ainda assim, ***achamos quase impossível suprimir a idéia de que nós mesmos éramos um partido separado de outros grupos*** e essa dificuldade se incrementou na mesma proporção em [que] nossos ministérios tinham êxito. Levantaram-se zelos nas mentes de outras denominações e a tentação de ver a outros através desse mesmo prisma se levantou naqueles que estavam envolvidos com os diversos partidos ou grupos.

Na última reunião acordamos preparar um texto para publicar na imprensa intitulado “Observações Acerca do Governo da Igreja”, em que o mundo pudesse ver a formosa simplicidade do governo da Igreja Cristã, **despojada de toda invenção humana e tradições senhoriais**. Ao internarmos na investigação do tema descobrimos que **nenhum exemplo no Novo Testamento respalda a existência de confederações** tais como os modernos concílios, presbitérios, assembléias gerais e etc. Portanto, concluímos que enquanto continuássemos organizados como estávamos, permaneceríamos excluídos do fundamento dos Apóstolos e Profetas, sendo a principal pedra angular Jesus Cristo mesmo. Ainda que havíamos chegado a essa conclusão nos mantínhamos debaixo do nome e autoridade de um corpo auto-constituído. Portanto, baseados nos princípio de **amar aos cristãos de toda a denominação**, por amor à preciosa causa de Cristo e por amor aos pecadores que se afastam do Senhor por causa das seitas e partidos dentro da igreja temos consentido jovialmente em retirarmos o estrépito e a fúria de grupos conflitantes e temos decidido abandonar as visões de mentes carnis e enfrentar a morte. cremos que a morte do presbitério será de grande proveito para o mundo. Apesar dessa morte e despojo do esquema mortal, o qual servia somente para mantermos próximos à escravidão egípcia, hoje vivemos e nos expressamos na terra do **Evangelho da liberdade**. Tocamos as trombetas do jubileu e de boa vontade nos consagramos para trabalhar pelo Senhor contra o inimigo. Ajudaremos a nossos irmãos quando os nossos conselhos forem requeridos, estaremos dispostos a ordenar anciãos ou pastores, **buscaremos a bênção divina e a unidade com todos os cristãos. Comungaremos com eles e fortaleceremos mutuamente nossos braços na obra do Senhor.**

Esforçaremos, pela graça de Deus, em continuarmos o exercício de nossas funções que nos pertencem como ministros do Evangelho. Confiadamente esperamos no Senhor que Ele estará conosco. **Com toda franqueza reconhecemos que temos podido falhar em algumas coisas por causa de nossa humanidade, mas o senhor corrigirá nossos desvios e preservará sua igreja.** Que todos os cristãos se unam em clamor, dia e noite, a Deus para que Ele remova tudo o que impede a sua obra e não permitamos que descanse até que ponha a Jerusalém por louvor na terra.

Unimo-nos de todo o coração a nossos irmãos cristãos de qualquer denominação em louvor a Deus por mostrar sua bondade na gloriosa obra que está levando a cabo na parte ocidental de nossa nação, a qual, esperamos, será finalizada na proclamação universal do Evangelho e na unidade da igreja."

Esse mesmo espírito deve nortear a forma de comunhão de qualquer congregação que se reúne em nome de Cristo. Participar de determinada religião ou “igreja” não pode ser considerado **condição ou garantia** para se alcançar ou manter a salvação, ainda que seja indispensável aos cristãos congregarem.

Conforme acima sustentado, muitas podem ser as igrejas/congregações, desde que haja uma só Igreja: *“um só corpo e um só Espírito, como também fostes chamados em uma só esperança da vossa vocação; um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, e por todos e em todos”* (Ef 4.4-6). Os equívocos, omissões e excessos presentes nas diferentes igrejas, denominações e ministérios que se reúnem em nome do Senhor serão devidamente corrigidos, estou certo, na medida em que o Espírito Santo de Deus neles fluir, sem necessidade de transformarmos essas divergências em pauta para discussões inúteis e em pretexto para a segregação.

Não deverá a comunhão do Corpo de Cristo entre suas diversas congregações basear-se na identidade de pensamentos, interpretações e preferências, nem de dons e ministérios, mas na presença unificadora do Espírito Santo de Deus, observando os essenciais da fé cristã.

A propósito dos dons e ministérios, há uma tendência de lermos o capítulo doze da primeira carta aos coríntios com uma visão local

(igreja/congregação). Dessa forma, esperamos ver, necessariamente, todos os dons e ministérios do Espírito Santo na igreja/congregação a que pertencemos. Entretanto, se o Corpo de Cristo (Igreja/Congregação) é integrado por pessoas de várias igrejas/congregações, Ele pode (e é o que me parece acontecer) dividir esses dons entre essas diversas igrejas, até como forma de criar uma **interdependência tendente à comunhão**. Assim, em determinada igreja/congregação, o dom de cura pode ser mais evidenciado; em outra, o de profecia; em outra, o de operação de milagres; em outra, o de discernimento de espíritos; em outra, o da variedade de línguas; em outra, o do ministério do ensino da Palavra; em outra, o do ministério da evangelização; em outra, o do ministério da caridade; e em outra o ministério da reconciliação, ***“mas um só e o mesmo Espírito opera todas estas coisas, distribuindo particularmente a cada um como quer”*** (1 Co 12.11).

Que Deus nos dê a graça – repita-se – de comungar com outras igrejas/congregações irmãs, **cujos dons e ministérios poderão nos auxiliar no processo de edificação e crescimento pessoal**, bem como de receber em nossas reuniões de comunhão irmãos de quaisquer congregações ou denominações cujos essenciais da fé cristã sejam observados.

Papel e Utilidade dos Concílios

Conforme acima transcrito, constou expressamente entre as justificativas da Declaração de Última Vontade e Testamento do Presbitério de Springfield para a desvinculação formal da denominação a que subordinada a constatação de que **“nenhum exemplo no Novo Testamento respalda a existência de confederações** tais como os modernos **concílios**, presbitérios, assembléias gerais e etc”, e de que “enquanto continuassem organizados como estavam, permaneceriam excluídos do fundamento dos Apóstolos e Profetas, sendo a principal pedra angular Jesus Cristo mesmo”.

Essa constatação, entretanto, precisa ser concebida de acordo com o contexto em que realizada. Os concílios, presbitérios e

assembléias gerais observados à época e condenados pelos precursores do Movimento **eram colegiados sectaristas e dominadores** que adotavam determinadas interpretações bíblicas como corretas em detrimento daquelas adotadas por outros colegiados, **que mutuamente se excluía, considerando que somente aqueles cuja crença e prática estivesse condizente com suas interpretações pertenceriam ao Corpo de Cristo e estariam salvos. A liberdade e autonomia congregacional eram completamente eliminadas pelos concílios aos quais então subordinados.**

Os precursores do Movimento de Restauração se insurgiram, portanto, não contra os colegiados em si, **mas contra o espírito sectarista e autoritário que os movia.** Eles convidavam os cristãos a abandonarem as estruturas religiosas às quais submetidos não porque elas fossem, por si sós, contrárias ao Evangelho, mas porque a maneira como se apegavam às próprias interpretações das escrituras e a escravidão a que submetiam seus adeptos **inviabilizava a manifestação da unidade do Corpo de Cristo, e nisso contrariavam o Evangelho.**

A existência, portanto, de concílios, presbitérios ou assembléias gerais, por si só, não contraria a essência do Movimento de Restauração nem do Evangelho, contanto que não incorram em tal equívoco e acabem laborando contra a unidade da Igreja de Cristo.

Os concílios, presbitérios e assembléias, de fato, com função de regulamentar determinados aspectos da vida cristã e comunhão, com base no estudo e debate das Escrituras, tem origem, sim, na igreja primitiva, consoante se depreende dos seguintes textos: At 1.15-26 (eleição de um substituto para Judas, entre os doze); At 6.1-4 (criação, por decisão dos Doze reunidos, de colegiado composto por 7 membros para cuidar de questões administrativas); At 9.26-28 (deliberação dos Doze sobre a conversão e permanência de Paulo na Comunhão); At 11.1-18 (Pedro, provocado, presta esclarecimentos e justifica-se perante a Igreja, que reconhece a extensão da salvação aos gentios); At 11.27-30 (existência de um presbitério na igreja na Judéia); At 14.21-23 (Paulo e Barnabé constituem presbitérios nas igrejas por onde passavam); At 15.1-31 (reunião de apóstolos e presbíteros da igreja em concílio para deliberar

sobre a obrigatoriedade da circuncisão e da observância de toda a lei mosaica); At 16.4 (a decisão do concílio foi levada ao conhecimento das igrejas para ser obedecida); At 20.17-38 (Paulo se reúne com o presbitério da igreja em Éfeso, para orientá-los); At 21.17-26 (Paulo presta relatório ao presbitério de Jerusalém e acata suas orientações); Tt 1.5 (Paulo orienta Tito a constituir presbíteros nas cidades).

Antes de contrariar o Evangelho, portanto, **a existência de concílios, presbitérios ou assembléias mostra-se com ele condizente.** O que o Movimento de Restauração condena, repita-se, é a promoção do sectarismo e a escravidão por esses colegiados.

Os concílios, na verdade, têm o papel relevantíssimo no Corpo de Cristo, valendo citar a importância da promoção e organização de reuniões para a comunhão e edificação de seus membros, bem como da definição dos essenciais identificadores do Corpo de Cristo, de forma a propiciar a comunhão entre o maior número possível de pessoas e congregações, sem comprometimento da sua identidade.

Na prática, os concílios, presbitérios ou assembléias locais devem, assim, à luz das Escrituras, **identificar e regulamentar os aspectos da vida e comportamento que possam ser considerados elementos essencialmente identificadores da inserção e manutenção no Corpo de Cristo.** A título de exemplo, determinado concílio local pode chegar à conclusão, pelo estudo da Bíblia, que a heterossexualidade monogâmica e o fé em Jesus como filho de Deus constituem, dentre outras, características essenciais para a identificação de alguém como cristão, membro da Igreja de Cristo. Neste caso, não permitirá participar da comunhão (e não das reuniões, ressalte-se) pessoas que mantenham relacionamentos homossexuais ou poligâmicos, nem pessoas que admitam Jesus como um profeta. Igualmente, esse concílio poderá identificar outros seguimentos religiosos cujos essenciais se identificam e, assim, promover e incentivar a integração e comunhão da congregação local com outras congregações e denominações, ainda que em questões secundárias suas interpretações diverjam.

Inegável, entretanto, a dificuldade de cada concílio local – além de identificar o que, para eles, constitui elementos essenciais para a inserção e manutenção no Corpo de Cristo – **estudar os essenciais de outros concílios locais para analisar a possibilidade comunhão entre eles. Nesse ponto surge a importância de concílios interdenominacionais**, ou seja, não vinculados a uma denominação específica. Esses concílios podem, igualmente a partir de estudos e debates comprometidos e profundos das Escrituras, definir os essenciais identificadores da comunhão cristã. Dessa forma, as denominações ou congregações que queiram poderão, percebendo a similitude dos próprios essenciais com os essenciais definidos pelo concílio interdenominacional, vincularem-se umas às outras mediante a intermediação desse concílio “maior” (porque mais abrangente), que sobre elas não exercerá qualquer forma de autoridade, mas apenas, exercendo o ministério da restauração e manutenção da unidade do Corpo, promoverá eventos de comunhão e edificação para todas as congregações e denominações que com seus essenciais se identifiquem.

(A propósito, este, na minha opinião, é o ministério do Concílio Ministerial das Igrejas de Cristo no Brasil: promover a unidade do Corpo de Cristo e demover o sectarismo. Para o desempenho da tal missão, esse Concílio tem sido muito eficiente e eficaz na promoção de comunhão e edificação de diversas congregações. Entretanto, quase todas as congregações que integram o Concílio (se não todas), e assim experimentam um segundo nível de comunhão no Corpo de Cristo, são congregações vinculadas ao Movimento de Restauração, especificamente na ramificação igrejas de Cristo.

É hora, creio eu, de o Concílio Ministerial das Igrejas de Cristo dar um segundo passo no serviço a que comissionado: promover a unidade do Corpo de Cristo entre denominações diversas. Trata-se de um passo bastante difícil, pois num primeiro momento aparentaria perda de identidade como igreja de Cristo ou como Movimento de Restauração. Essa, entretanto, não é a principal identidade com a qual devemos nos comprometer, mas sim com a identidade do Corpo de Cristo.

Dessa forma, determinada igreja que reconheça não condizer com os padrões bíblicos a subordinação a determinado presbitério centralizado, poderá, desvinculando-se dele na forma como preconizado pelo Movimento de Restauração, vincular-se a ao Concílio Ministerial das Igrejas de Cristo e, independentemente da placa utilizada, manter comunhão próxima com as demais igrejas do Movimento.

Se assim não entenderem seus integrantes, estou certo da necessidade do surgimento de um Concílio Interdenominacional, igualmente baseado nos princípios do Movimento de Restauração, que promova tal unidade e integração mais ampla.)

A existência de hierarquias, igualmente, por si só, não contraria a noção de corpo. O que viola os princípios divinos e cristãos é o atropelo e a desconsideração do livre arbítrio e da noção de corpo pelo “superior hierárquico”. Na vida da igreja, os ditos “superiores hierárquicos” podem ser melhor concebidos como pais (ou mães) na fé ou como irmãos mais velhos, que auxiliam os mais novos no caminho por eles já trilhado. Sob essa ótica, o “superior hierárquico” não é alguém que manda, mas que serve, nem alguém que exige obediência, mas que ensina o caminho certo a ser seguido. O “liderado” é que, reconhecendo Jesus na vida de determinada pessoa, o adota como líder ou mentor espiritual.

Não há como negar a existência de hierarquias na igreja primitiva, que contava com diáconos, presbíteros, bispos e apóstolos. A diferença da hierarquia nas instituições humanas é que, conforme ensinado por Jesus, na hierarquia da igreja, o maior é o que mais serve, pois serve a todos, enquanto o menor é o que é mais servido, pois é servido por todos (Mc 9.35 e Lc 22.24-27). Jesus não negou a existência de “maior” e “menor” na igreja, apenas atestou essa inversão, segundo a qual quanto mais servimos, maior nos tornamos.

VIII. COMUNHÃO ENTRE CONGREGAÇÕES

Compreendida a aparente subdivisão do Corpo de Cristo – que na verdade não se divide, pois do contrário não seria um único corpo –, surge um natural questionamento: se o Corpo de Cristo não está dividido, por que tantas igrejas e denominações insistem em manter comunhões apenas internamente e negam-se a comunhão com outras congregações? **Ou seja, se fazem parte do mesmo corpo, por que existem como se existissem isoladamente? O que fazer a respeito?**

A dificuldade (ou mesmo impossibilidade) de comunhão entre denominações, igrejas ou religiões, conforme constatado pelos pioneiros do Movimento de Restauração, se dá principalmente em razão dos dogmas e hierarquias autoritárias por elas estabelecido. De fato, a falta de definição dos elementos essenciais que identificam determinada congregação como integrante do Corpo de Cristo acaba naturalmente fazendo com que se passe a considerar todos os dogmas adotados por cada denominação ou religião como se essenciais fossem. Isso é o que acaba por promover o sectarismo e inviabilizar a comunhão.

Apenas a título de exemplo, suponhamos que em determinada igreja surja divergência quanto à forma bíblica de batismo: imersão ou aspersão. Os membros discutem à exaustão o tema, e não chegam a um consenso. Resultado: os que entendem que o batismo bíblico é por aspersão para um lado e os da imersão para outro. Aquela congregação inicial, assim, cinde-se em duas novas. Se essa congregação inicialmente tivesse bem definido para si quais os elementos essenciais que a caracterizavam como parte do Corpo de Cristo e esse tema não estivesse entre esses elementos, não precisaria cindir-se em razão dessa divergência. Caso resolvessem pela cisão, mesmo considerando tratar-se de tema não essencial, essa consciência do valor secundário da divergência permitiria a manutenção da comunhão entre as novas congregações cindidas, uma vez presentes os elementos e características essenciais.

Barton Stone experimentou situação como essa. Integrando inicialmente congregação subordinada à denominação presbiteriana, viu-

se juntamente com outros milhares cheios do Espírito Santo. A igreja Presbiteriana, entretanto, ante a interpretação de sua cúpula no sentido de negar a evidenciação dos dons do Espírito na atualidade, não admitia tal manifestação por congregação a ela vinculada nem a comunhão com pessoas que se dissessem “batizadas com o Espírito Santo”. Além dessa divergência entre o pensamento de Stone e o entendimento da igreja presbiteriana, existiam outros, como a doutrina da Trindade e a predestinação calvinista, consoante acima registrado.

A falta de definição dos elementos essenciais dos integrantes do Corpo de Cristo, assim, inviabilizou a manutenção desses irmãos naquela denominação, na medida em que não poderia permanecer nela e negar as experiências sobrenaturais que vinham tendo, bem como serem obrigados a declararem o que não acreditavam.

Inicialmente, então, pressionados pelo Sínodo Presbiteriano a negarem o que criam e declararem acreditar no que não acreditavam, viram-se forçados ao desligamento, instituindo o Presbitério de Springfiel. Passados menos de um ano, entretanto, reconheceram que essa nova instituição igualmente militava contra a unidade do Corpo, e **decidiram se desvincularem de qualquer forma de denominacionalismo sectarista e exclusivista, estendendo o desafio a tantos outros quantos fosse possível.** Como? Sustentando e enfatizando que, **sendo o Corpo de Cristo uma só unidade, as diversidades que não dissessem respeito a elemento cuja presença fosse essencial para a identificação em Cristo devesse ser desconsiderada, para fins de comunhão.**

Assim, todos os irmãos em cujo “DNA nuclear” se mostrassem presente tais elementos essenciais – independentemente da denominação e de características e crenças secundárias – deveriam ser considerado parte do Corpo de Cristo. A existência de características divergentes quanto a elementos secundários, aliás, de acordo com suas diferentes funções, é justamente o que acontece, consoante verificado, com células integrantes de um mesmo corpo com funções distintas: as células que compõe a orelha não são iguais às que se juntam para formar o nariz, que por sua vez divergem das células presentes da boca, mas todas contêm o mesmo código genético nuclear (DNA).

O Movimento de Restauração, assim, ao invés de constituir uma nova denominação, **pode ser melhor concebido como essa consciência de que pessoas de diferentes denominações ou religiões, ou mesmo sem igrejas, podem, apesar das muitas divergências, integrar o mesmo Corpo de Cristo e, como tal, viverem em comunhão.**

Na prática, de acordo com os princípios desse Movimento, a seguir delineados, torna-se possível a comunhão entre igrejas autônomas formalmente estabelecidas, cada qual com suas doutrinas internas e diversidades ministeriais. Essa comunhão pode ser evidenciada, por exemplo, pela utilização compartilhada de seminários e congressos promovidos por uns ou outros, pela atuação missionária conjunta, pela comunhão dos respectivos pastores e líderes, e pela participação conjunta da Ceia do Senhor, apesar de suas divergências interpretativas.

A aplicação dos princípios do Movimento de Restauração, assim, permite a comunhão tanto entre grandes denominações cujas interpretações dos elementos essenciais coincidem, como entre pequenas congregações independentes, que muito podem se beneficiar mutuamente mediante o compartilhar de dons, talentos e experiências. No que tange às congregações independentes menores, por exemplo, ao invés de realizarem pequenos congressos de casais, de mulheres ou de jovens, a um custo individual muito mais elevado, podem se juntar e realizar eventos de melhor qualidade, a um custo individual inferior, e ainda experimentar a extraordinária e envolvente ação do Espírito Santo confirmando a unidade nas diversidades.

IX. CONCLUSÕES

Participar do Corpo de Cristo e ser membro de Sua Igreja na terra é **mais simples** do que muitas vezes se tem feito parecer, bem como **mais difícil** do que se tem propagado. Simples porque a vida da Igreja de Cristo na terra se resume a relacionamentos, **verticais** (homens com Deus) e **horizontais** (homens entre si). Difícil, porque exige negação diária

do próprio ego para manifestação da vontade última de Jesus Cristo e Seu Reino: **a unidade em amor.**

Qualquer pequeno grupo de pessoas pode, assim, desde que com o mínimo de dois integrantes, viver e experimentar a maravilhosa experiência da comunhão do Corpo de Cristo, com simplicidade e dedicação sacrificial. Os frutos, pessoais e ministeriais, certamente virão.

A experiência desse tipo de comunhão da igreja de Cristo, mais próximo daquele vivenciado pela igreja primitiva, pode ser experimentada por qualquer cristão hoje, faça ou não parte de uma denominação formalmente estabelecida. Com efeito, nada impede que, por exemplo, um irmão da igreja Assembléia de Deus se reúna, em nome de Jesus e portanto como igreja Sua, com outro(s) irmão(s) da igreja Batista, para edificação mútua e adoração; assim como que um irmão que não faça parte de nenhuma denominação formalmente instituída se reúna com outros, em nome de Jesus, com a mesma finalidade, caso em que aí estará igualmente presente a Igreja do Senhor.

Além dessas comunhões menores, a unidade do Corpo de Cristo exige a comunhão entre congregações, ministérios e denominações, o que pode (e deve) ser experimentado e vivenciado a partir da consciência e prática da autonomia congregacional e da definição dos essenciais considerados indispensáveis para o reconhecimento de outra congregação como igualmente integrante do Corpo de Cristo.

Concluo esse capítulo com as seguintes palavras do reverendo Caio Fábio: *“quem já entendeu o evangelho sabe que igreja nenhuma representa nada, nada, nada: nem Assembléia de Deus, nem igreja Presbiteriana, nem grupo nenhum, nem o Caminho da Graça. Ninguém que abre uma porta ou levanta uma bandeira e diz: nós somos a igreja, representa nada, a não ser eles; eles se representam. Jesus não instituiu essa representação e não tem nada a ver com essa representação, porque Deus não habita em instituições nem em grupos humanos. Deus habita corações. **Grupos humanos são habitados por Deus quando indivíduos desses grupos humanos vivem no amor de Deus.**”*³.

³ Palavras proferidas no programa Papo de Graça, veiculado pela Vem & Vê TV.

Viva, desfrute e compartilhe da liberdade proporcionada pelo Evangelho, esteja você inserido em uma denominação específica ou não, e não se prive da comunhão com outros irmãos, de denominações diversas.